

Supremo nega pedido de parlamentares para abrir CPI dos bingos

25/03/2004

Os cinco pedidos de liminar feitos ao Supremo Tribunal Federal para forçar o congresso a abrir a CPI dos bingos foram negados nesta quinta-feira (25/3) pelo ministro Celso de Mello. Os Mandados de Segurança foram apresentados nesta quarta-feira (24/3) por parlamentares do PFL.

O motivo alegado pelo ministro Celso de Mello para negar os pedidos de liminar foi o de que não se verifica urgência para a decisão provisória solicitada.

O próprio ministro, contudo, sinalizou que poderá acabar impondo ao Senado a instalação da CPI. A pista surge na menção feita a Geraldo Ataliba, para estabelecer que a discussão não se refere a questão interna do Congresso e sim a matéria constitucional:

“(...) A Constituição **verdadeiramente** democrática **há de garantir** todos os direitos **das minorias e impedir toda prepotência**, todo arbítrio, toda opressão contra elas. **Mais que isso** – por mecanismos que assegurem representação proporcional –, **deve atribuir** um relevante papel institucional **às correntes minoritárias** mais expressivas.(...)”

No mesmo sentido, Celso de Mello elencou sólidos fundamentos doutrinários para referendar a ampla possibilidade de o STF deliberar a respeito do assunto:

“(...) **Não questiono** a extrema relevância da matéria ora submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal, **notadamente** porque a natureza do tema em exame – **tal como acentuado**, com particular ênfase, pelo magistério doutrinário (J. M. SILVA LEITÃO, “**Constituição e Direito de Oposição**”, 1987, Almedina, Coimbra; J. J. GOMES CANOTILHO, “**Direito Constitucional e Teoria da Constituição**”, p. 309/312, 1998, Almedina, Coimbra; DERLY BARRETO E SILVA FILHO, “**Controle dos Atos Parlamentares pelo Poder Judiciário**”, p. 131/134, item n. 3.1, 2003, Malheiros; JOSÉ WANDERLEY BEZERRA ALVES, “**Comissões Parlamentares de Inquérito: Poderes e Limites de Atuação**”, p. 169/170, item n. 2.1.2, 2004, Fabris; UADI LAMMÊGO BULOS, “**Comissão Parlamentar de Inquérito**”, p. 216, item n. 5, 2001, Saraiva; MANOEL MESSIAS PEIXINHO/RICARDO GUANABARA, “**Comissões Parlamentares de Inquérito: Princípios, Poderes e Limites**”, p. 76/77, item n. 4.2.3, 2001, Lumen Juris, v.g.) – **impõe graves reflexões** a propósito do reconhecimento, em nosso sistema político-jurídico, da existência de um verdadeiro **estatuto constitucional das minorias parlamentares, o que traduz** estímulo irrecusável à análise, por parte desta Suprema Corte, do significado que **deve** assumir, **para o regime democrático**, a discussão em torno da **proteção jurisdicional** ao direito de oposição, **analisado** na perspectiva da **prática republicana** das instituições parlamentares. (...).

Todos os pedidos levados ao STF possuem o mesmo conteúdo: pedem a instalação e o funcionamento normal da CPI, que pretende investigar as ligações do governo com o escândalo

deflagrado pelas gravações em que Waldomiro Diniz aparece negociando contratos da loteria federal com o bicheiro conhecido como Carlinhos Cachoeira.

Os parlamentares queriam que o presidente do Senado José Sarney seja obrigado a indicar os integrantes da comissão, em cumprimento da representação proporcional dos partidos como estabelece o parágrafo 1º do artigo 58 da Constituição Federal.

O dispositivo estabelece que as Comissões Parlamentares de Inquérito –que têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas — serão criadas pela Câmara e pelo Senado, em conjunto ou separadamente, por requerimento de um terço de seus membros.

Foram negados também os Mandados de Segurança impetrados pelos senadores José Jorge de Vasconcelos Lima (PFL/PE) e José Agripino Maia (PFL/RN). Eles requerem a concessão de liminares para preservar o objetivo das ações e que a CPI dos bingos seja instalada provisoriamente e suas atividades investigativas iniciadas. (STF)

MS 24.845, 24.846 e 24.848 e 24.847 e 24.849

Leia a íntegra da decisão:

MED. CAUT. EM MANDADO DE SEGURANÇA 24.846-7 DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO

IMPETRANTE(S): JORGE KONDER BORNHAUSEN

ADVOGADO(A/S): MARCELO RAMOS PEREGRINO FERREIRA

IMPETRADO(A/S): MESA DO SENADO FEDERAL

DECISÃO: Trata-se de mandado de segurança, com pedido de medida liminar, **impetrado** contra alegada omissão **imputada** ao eminente Presidente do Senado Federal, **a quem se atribui** – consoante **sustentado** pela parte ora impetrante – a injusta recusa em proceder à instalação da denominada “CPI dos Bingos”.

A **presente** impetração mandamental **apóia-se** em alegação de ofensa a direitos **impregnados** de estatura constitucional, **o que parece legitimar** – afastado o caráter “*interna corporis*” do comportamento ora questionado – **o exercício**, pelo Supremo Tribunal Federal, **da jurisdição** que lhe é inerente, **em face** da natureza jurídico-constitucional da controvérsia em causa.

Cumprido ter presente, na espécie, o magistério jurisprudencial, que, **firmado** por **esta** Suprema Corte **desde** a primeira década de nossa experiência republicana, **consagra** a possibilidade jurídico-constitucional **de fiscalização** de determinados atos emanados do Poder Legislativo, **quando** alegadamente **eivados** do vício da inconstitucionalidade, **sem que**, ao assim proceder, o Tribunal vulnere o postulado fundamental da separação de poderes:

“A **essência** do postulado da divisão funcional do poder, **além** de derivar da necessidade de **conter** os excessos dos órgãos que compõem o aparelho de Estado, **representa** o princípio

conservador das liberdades do cidadão e constitui o meio mais adequado para tornar efetivos e reais os direitos e garantias proclamados pela Constituição.

Esse princípio, que tem assento no art. 2º da Carta Política, **não pode** constituir e **nem** qualificar-se como um **inaceitável** manto protetor de comportamentos abusivos e arbitrários, por parte de **qualquer** agente do Poder Público **ou** de qualquer instituição estatal.

O Poder Judiciário, **quando** intervém para **assegurar** as franquias constitucionais e para **garantir** a integridade e a supremacia da Constituição, **desempenha**, de maneira **plenamente** legítima, as atribuições que lhe conferiu a **própria** Carta da República.

O **regular** exercício da função jurisdicional, por isso mesmo, **desde** que pautado pelo **respeito** à Constituição, **não transgride** o princípio da separação de poderes.”

(RTJ 173/805-810, **806**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

Passo a apreciar, em conseqüência, o pedido de medida liminar ora formulado na presente sede mandamental.

Não questiono a extrema relevância da matéria ora submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal, **notadamente** porque a natureza do tema em exame – **tal como acentuado**, com particular ênfase, pelo magistério doutrinário (J. M. SILVA LEITÃO, “**Constituição e Direito de Oposição**”, 1987, Almedina, Coimbra; J. J. GOMES CANOTILHO, “**Direito Constitucional e Teoria da Constituição**”, p. 309/312, 1998, Almedina, Coimbra; DERLY BARRETO E SILVA FILHO, “**Controle dos Atos Parlamentares pelo Poder Judiciário**”, p. 131/134, item n. 3.1, 2003, Malheiros; JOSÉ WANDERLEY BEZERRA ALVES, “**Comissões Parlamentares de Inquérito: Poderes e Limites de Atuação**”, p. 169/170, item n. 2.1.2, 2004, Fabris; UADI LAMMÊGO BULOS, “**Comissão Parlamentar de Inquérito**”, p. 216, item n. 5, 2001, Saraiva; MANOEL MESSIAS PEIXINHO/RICARDO GUANABARA, “**Comissões Parlamentares de Inquérito: Princípios, Poderes e Limites**”, p. 76/77, item n. 4.2.3, 2001, Lumen Juris, v.g.) – **impõe graves reflexões** a propósito do reconhecimento, em nosso sistema político-jurídico, da existência de um verdadeiro **estatuto constitucional das minorias parlamentares**, o que traduz estímulo irrecusável à análise, por parte desta Suprema Corte, do significado que **deve** assumir, **para o regime democrático**, a discussão em torno da **proteção jurisdicional** ao direito de oposição, **analisado** na perspectiva da **prática republicana** das instituições parlamentares.

Lapidar, sob tal aspecto, **a advertência** do saudoso e eminente Professor GERALDO ATALIBA (“**Judiciário e Minorias**”, “in” Revista de Informação Legislativa, vol. 96/189-194):

*“É que só há verdadeira república democrática onde se assegure **que as minorias** possam atuar, **erigir-se** em oposição institucionalizada e **tenham garantidos seus direitos** de dissensão, crítica e veiculação de sua pregação. **Onde**, enfim, **as oposições** possam usar **de todos os meios democráticos** para tentar chegar ao governo. **Há república** onde, **de modo efetivo**, a alternância no poder seja uma possibilidade juridicamente assegurada, condicionada só a mecanismos políticos dependentes da opinião pública.*

.....

A Constituição **verdadeiramente** democrática **há de garantir** todos os direitos **das minorias e impedir toda prepotência**, todo arbítrio, toda opressão contra elas. **Mais que isso** – por mecanismos que assegurem representação proporcional –, **deve atribuir** um relevante papel institucional **às correntes minoritárias** mais expressivas.

.....

Na democracia, governa a maioria, **mas** – em virtude do postulado constitucional fundamental da igualdade de todos os cidadãos – ao fazê-lo, **não pode oprimir a minoria. Esta exerce também função política importante**, decisiva mesmo: **a de oposição institucional**, a que cabe relevante papel no funcionamento das instituições republicanas.

O principal papel da oposição é o de formular propostas alternativas às idéias e ações **do governo da maioria** que o sustenta. **Correlatamente**, critica, **fiscaliza**, aponta falhas e censura a maioria, **propondo-se**, à opinião pública, como alternativa. **Se** a maioria governa, entretanto, **não é dona do poder**, mas age **sob os princípios** da relação de administração.

.....

Daí a **necessidade** de garantias amplas, no próprio texto constitucional, de existência, sobrevivência, **liberdade de ação** e influência **da minoria**, para que se tenha verdadeira república.

.....

Pela proteção e resguardo **das minorias** e sua necessária participação no processo político, **a república faz da oposição instrumento institucional de governo.**

.....

É imperioso que a Constituição **não só garanta a minoria** (a oposição), **como ainda lhe reconheça direitos e até funções.**

.....

Se a maioria souber que – **por obstáculo constitucional** – **não pode prevalecer-se** da força, **nem** ser arbitrária **nem** prepotente, **mas deve respeitar a minoria**, então os compromissos **passam** a ser meios **de convivência política.**” (grifei)

Cabe assinalar, no entanto, **não obstante a seriedade** do tema ora suscitado perante o Supremo Tribunal Federal, que o caráter sumaríssimo e célere do processo mandamental **revela-se apto a descaracterizar**, na espécie, a situação **alegadamente** configuradora do “*periculum in mora*”, **eis que** – uma vez apreciada e eventualmente superada a questão pertinente à cognoscibilidade da **presente** ação de mandado de segurança – **não resultará**, da omissão em causa, imputada ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, a ineficácia da medida impetrada, “*caso seja deferida*” (**Lei nº 1.533/51**, art. 7º, II, “*in fine*”).

Como se sabe, o **deferimento** da medida liminar, resultante do concreto exercício do poder cautelar geral outorgado aos juízes e Tribunais, **somente** se justifica em face de situações **que se ajustem** aos pressupostos referidos no art. 7º, II, da Lei nº 1.533/51: **a existência** de plausibilidade jurídica (“*fumus boni iuris*”), de um lado, **e a possibilidade** de lesão **irreparável** ou de **difícil** reparação (“*periculum in mora*”), de outro.

Sem que concorram esses dois requisitos – que são necessários, essenciais **e** cumulativos –, **não se legitima** a concessão da medida liminar, **consoante** enfatiza a **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal:

*“Mandado de segurança. **Liminar**. Embora esta medida tenha caráter cautelar, os **motivos** para a sua concessão estão **especificados** no art. 7º, II da Lei nº 1.533/51, **a saber**: a) **relevância** do fundamento da impetração; b) que do ato impugnado **possa resultar** a ineficácia da medida, caso seja deferida a segurança.*

Não concorrendo estes dois requisitos, deve ser denegada a liminar.”

(RTJ 112/140, Rel. Min. ALFREDO BUZAID – grifei)

Sendo assim, em sede de **estrita** deliberação, **e tendo em consideração** as razões expostas, **indeiro** o pedido de medida liminar.

2. Requisitem-se informações ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, **encaminhando-se-lhe** cópia da presente decisão.

Publique-se.

Brasília, 25 de março de 2004

(180º aniversário da primeira Constituição Política do Brasil)

Ministro CELSO DE MELLO

Relator

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2004-mar-25/supremo_nega_pedido_parlamentares_abrir_cpi_bingos/